

Rompendo Fronteiras - Imprensa e História um diálogo possível

NASCIMENTO, Alcides do Nascimento; SANTOS, Maria Lindalva; MONTE, Regianny Lima (Orgs). **Diluir Fronteiras: interfaces entre história e imprensa.** Teresina: EDUFPI, 2011.

Ranielle Leal¹

Os meios de comunicação são elementos fundamentais para a compreensão do mundo contemporâneo e assumem muitas vezes, o papel de narrar e registrar a história. Deste modo, a imprensa tem proporcionado não apenas o alargamento das fontes do historiador, como também, vem viabilizando a verificação das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma determinada época, as manifestações ideológicas de determinados grupos, a representação de determinadas classes. Isto ocorre, pelo fato de que jornalismo é uma atividade de cunho político-ideológico, influenciado pelo seu meio social e histórico, já que este campo trabalha condicionado a fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (interesses pessoais).

A imprensa, em face de sua atuação enquanto prática social do presente que registra as relações e atividades sociais tem sido, vem sendo nos últimos tempos amplamente utilizada nas pesquisas acadêmicas, incluindo a pesquisa histórica. E como assinala De Luca (2005) tem sido utilizado como fonte e objeto de pesquisa. Temos como exemplo à obra *Diluir fronteiras:*

¹ Formada em jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com MBA em Marketing pela FGV-RJ e Mestrado em Comunicação pela UMEESP, atualmente doutoranda em Comunicação pela PUC-RS. E-mail – ranileal29@gmail.com , CV: <http://lattes.cnpq.br/6262778175482555> .

interfaces entre história e imprensa, que foi organizada pelo Professor Doutor Francisco Alcides, atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI e pelas mestres Maria L. Santos e Regianny L. Monte.

A publicação contém possui onze capítulos que são resultados de pesquisas de (professores, alunos e ex-alunos da UFPI, como também tem autores vinculados a outras universidades). À despeito das marcas individuais de suas pesquisas, compartilham o interesse pela relação entre a imprensa e a produção do conhecimento histórico.

Diluir fronteiras: interfaces entre história e imprensa é uma coletânea que tem por finalidade refletir sobre os modos como lidamos com a imprensa, principalmente no campo histórico. A reflexão é fundamental tanto para o pesquisador que utiliza a imprensa como objeto de pesquisa como para aquele que se serve dela como fonte.

A imprensa se constitui como um dos lugares privilegiados de observação da sociedade e de construção de sentidos para o presente, ao assimilar interesses e projetos de diferenças forças sociais que compõem uma dada sociedade e conjuntura.

Os artigos publicados tratam a imprensa em uma perspectiva analítica, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando as suas redes de interlocução social, questionando não a sua suposta imparcialidade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social. Assim, os capítulos se relacionam, complementando-se teoricamente e reforçando a ideia de que a imprensa representa um importante objeto de investigação para os historiadores.

Os autores presentes na obra compreendem que os dois campos do conhecimento (história e imprensa) não apenas constroem um

diálogo entre si, como por vezes se misturam, diluem-se, como é notável nos textos de Denílson Botelho, em *Por uma história social da imprensa*; de Gustavo Said, em *História, jornalismo e semiologia: elementos para uma discussão*; ou ainda o de Sônia Maria dos Santos Carvalho em *Jornais impressos e História: contribuições para a crítica da fonte que nunca morre*, que levantam discussões importantes sobre a estreita relação entre Imprensa e História.

Já os demais trabalhos tomam a imprensa em sua variedade (escrita, visual, radiofônica ou televisiva) como fonte histórica, tendo todos o devido cuidado em estudá-la com as precauções necessárias diante das especificidades existentes. São os artigos: *As Charges contam história: a construção da imagem pública do governo de Chagas Rodrigues (1959-1962)*, de Flávia de Sousa Lima e Laécio Barros Dias; *Os jornais diários na construção de representação do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970*, de Francisco Alcides do Nascimento; *A pena, o prelo e a prescrição: um estudo sobre a Folha Medicinal do Maranhão, 182*, de Marcelo Cheche Galves; *O papel da imprensa escrita no processo de legitimação da primeira emissora de TV piauiense*, de Maria Lindalva Santos; *Manchete de hoje: os jornais e o anticomunismo no Piauí da década de 1960*, de Marylu Alves de Oliveira; *Para que o Brasil possa na disciplina, trabalhar cantando: as disputas em torno da difusão da música popular pelo rádio nas décadas de 1920-1940*, de Newton Dângelo; *Entre táticas e estratégias: a relação do Estado autoritário com a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970*, de Regianny Lima Monte; e *A magia da imagem: recepção da primeira emissora junto aos campinenses*, de Sílvia Tavares da Silva.

A obra inicia com o texto *Por uma história social da imprensa*, de Denílson Botelho, ex-professor adjunto de História do Brasil do Departamento de Geografia e História (DGH) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí – UFPI e atual professor da UNIFESP, doutor em História Social pela UNICAMP.

No texto, o autor em questão apresenta um esboço teórico-metodológico para se pesquisar a história da imprensa. Propõe que o jornalismo seja algo mais do que uma fonte de pesquisa para os historiadores, em vista que este já é um procedimento habitual. Assim, sugere que sejam aplicados os princípios básicos da história social a fim de desvelar as escolhas que são feitas no âmbito das redações e das empresas jornalísticas.

Sua preocupação é despertar no leitor um olhar crítico diante das fontes hemerográficas e da própria maneira de que vem sendo realizada a produção jornalística. Botelho compreende que o jornalismo nos proporciona o conhecimento da realidade de um determinado período histórico, em contrapartida mostra que o jornalismo também se apresenta como um inegável campo de batalha no jogo de interesses políticos e ideológicos. Para demonstrar sua linha de pensamento/teorias, analisa duas abordagens distintas, uma do início do século XXI e outra do início do século XX. Ambas, estão ligadas pela produção jornalística, embora separadas por quase um século, mas que carregam semelhanças.

A primeira refere-se a um artigo intitulado *O jornalismo* do ano de 2007 escrito por Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo de Televisão. Segundo o autor:

O referido artigo apresentava como ponto de partida uma instigante- mas falsa- questão: *o jornalismo é um campo de batalha de ideologias ou é uma forma de conhecimento da realidade?* A indagação é instigante, sem deixar, contudo, de ser uma falsa questão, porque sugere a impossibilidade de convivência entre as duas alternativas que a compõem (BOTELHO, 2011, p.14).

Na visão de Botelho, as duas partes dialogam, pois o jornalismo é tanto uma forma de conhecer a realidade como uma indiscutível área que contém jogos de interesses políticos e ideológicos.

Assim, critica o fato de ainda nos tempos atuais, em pleno século XXI, exista quem creia na “fábula” do jornalismo isento e imparcial.

Neste artigo, o autor orienta que ao escolher a imprensa como fonte de pesquisa, deve-se fazer com as devidas ressalvas, enxergando o espaço das redações não apenas como um local em que os fatos mais “importantes” tomam notoriedade, mas também como local onde os fatos podem ser criados e recriados, segundo interesses diversos.

A outra história remete-se ao início do século XX, onde o autor foca a estreia de Lima Barreto (1881-1922) na literatura com o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909. Um romance que de certa forma era uma sátira ao *Correio da Manhã*, o mais conhecido e rentável veículo de imprensa da época. Botelho, mostra como Lima Barreto destacou com ênfase o que significava fazer jornalismo na época. O que para o autor, mesmo estando situado no século passado, o texto de Lima Barreto, é bastante atual diante de algumas realidades, como o caso de Kamel.

Diante disto, critica diretamente o fazer jornalístico da Rede Globo principalmente o jornal *O Globo* que a seu ver não informa sobre os fatos “pois em sua redação os fatos são criados, recriados e reinventados” (BOTELHO, 2011, p.17).

Distante cerca de um século quanto a data de publicação, os textos de Ali Kamel e Lima Barreto estão a clamar pela análise dos historiadores, oferecendo razões de sobra para que dediquemos aos jornais e revistas em geral um olhar mais cuidadoso e diferenciado que nos obrigue inclusive a participar dos debates contemporâneos sobre a função social da imprensa, do jornalismo e dos meios de comunicação em geral. (BOTELHO 2011, p.18).

Para este autor, mais do que uma fonte, é preciso levar em consideração que a imprensa e o ambiente midiático são intervenientes participativos de uma dinâmica da vida social e constituintes de uma memória social/coletiva. Utiliza-se dos exemplos das histórias para reforçar a tese de que o jornal não é local onde a informação pode ser trabalhada de maneira imparcial e isenta. Pois, é antes de tudo um campo de lutas e interesses entre diferentes versões sobre a realidade.

Botelho (2011) acerta em sua análise do campo jornalístico visualizando-o, a meu ver, para além da sua reputação de credibilidade pautada no estatuto da verdade, forjado na prática de um jornalismo *clean* que criou a estrutura do lead, e os mitos da imparcialidade e da objetividade, os dois últimos, passíveis de serem perseguidos, porém dificilmente alcançados em sua plenitude.

O segundo capítulo é de Flávia de Sousa Lima, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e de Laécio Barros Dias, especialista em História Cultural e Mestrando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Com o título *As Charges contam história: a construção da imagem pública do governo de Chagas Rodrigues (1959-1962)*, o artigo traz uma análise de algumas publicações da imprensa escrita, diante da dimensão cômica da história política piauiense no período republicano, principalmente no que se refere ao governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, durante sua gestão que perdurou durante o no período que vai do ano de 1959 a 1962. As publicações focavam, de maneira humorada e crítica, os eventos e as polêmicas que marcaram aquele governo.

A pesquisa foi desenvolvida no Arquivo Público do Estado do Piauí, onde alguns periódicos foram consultados, foram eles: *O Dia*, *Folha do Nordeste*, *Jornal do Piauí* e *Jornal do Comércio*.

A partir de então, os autores levantaram a discussão em torno da importância de se estudar o cômico na política piauiense das décadas de 1950 e 1960. Destacam que “[...] a imprensa escrita criava e interpretava fatos de acordo com o que lhe fosse mais interessante política e economicamente. Portanto, os jornais piauienses revelavam-se como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam e detinham uma poderosa arma política: o discurso” (LIMA; DIAS, 2011, p. 36). É nos jornais que os personagens da narrativa estão representados, em um estilo caricato e muito significativo, dando a entender e/ou denunciando o enredo de uma trama dos poderes políticos locais.

Para os autores as caricaturas informam algo, como, por exemplo, o momento político atravessado por aquele personagem. Até porque segundo eles “[...] para compreendermos uma charge de qualquer época é preciso ter conhecimento histórico do período e suas tendências” (LIMA; DIAS, 2011, p. 38).

Neste artigo, o leitor consegue compreender que o “[...] cômico nos permite sair de um tempo cronológico e mergulhar no tempo psicológico” e que as imagens estudadas nos comunicam a memória de uma dada cultura.

Os autores nos remetem a uma época passada, anos 60 onde através da pesquisa que fora realizada fica claro a presença do riso e do cômico engajados naquele meio social. Também relatam que alguns dos jornais pesquisados tinham um caráter dúbio, pois tanto poderiam ocupar em elogiar determinado grupo político, como desqualificavam o mesmo grupo. Desde modo, acabam por mostrar que os discursos jornalísticos são por vezes confundidos com ideologias políticas, na medida em que os proprietários dos

jornais militavam ou faziam parte de agrupamento político partidário, ou mantinham relação de apadrinhamento com os jornais naquela época.

Constataram que alguns jornais, que estavam sob comando de políticos adversários de Chagas Rodrigues, utilizavam-se da charge para criticar a administração deste, como governador.

A imagem do comunismo era intrigante para os leitores da década de sessenta, e ver um político sendo acusado de comunista era fator de perda de credibilidade perante o povo. Essa estratégia foi usada pela imprensa oposicionista para desqualificar os apoiadores da reforma agrária, entre eles, o governador Chagas Rodrigues (LIMA; DIAS, 2011, p. 48).

Os autores desenvolvem uma discussão sobre a construção feita pela imprensa local acerca da imagem pública do governador, bem como sua atuação política e as disputas pelo poder no período em que esteve à frente da administração estadual. O diferencial, neste artigo, encontra-se no enfoque dado às charges, objeto de pesquisa, ou seja, pela possibilidade de abordagem do objeto pelo lado cômico e irônico encontrado na imprensa.

No texto seguinte, *Os Jornais diários na construção de representação do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970*, o professor doutor em História do Brasil, Francisco Alcides do Nascimento, tem como eixo o papel da imprensa escrita no Piauí e em sua capital Teresina na construção da imagem de um estado pobre. Onde, a priori, nas décadas de 1950 e 1960, a capital Teresina era retratada como acanhada e sem uma estrutura básica. Posteriormente, já na década seguinte (1970) tanto o estado quanto Teresina passaram a ser narrados de forma diversa nos jornais que circulavam na cidade e que chegavam à sede dos principais municípios do Estado.

O autor trabalhou dois períodos históricos distintos: o primeiro iniciado em 1950, marcado por diversas manifestações de várias camadas sociais que acreditavam na época serem capazes de realizar uma verdadeira revolução no país. Esse período ficou conhecido como os “anos dourados”. O segundo iniciado em 1970 quando uma nova conjuntura se formava com os militares no poder e com a adoção de um discurso desenvolvimentista para a população, estes foram os “anos de chumbo”. Diante deste contexto, o autor realizou a análise da atuação dos jornais escritos na construção da imagem de um Piauí pobre e desassistido e, depois de um Piauí retratado caminhando a passos largos para o desenvolvimento econômico e social.

Gustavo Said, doutor em Comunicação e professor da Universidade Federal do Piauí, é o autor do artigo *História, jornalismo e semiologia: elementos para uma discussão*, que aborda a relação entre a atividade jornalística e a pesquisa histórica nos dias atuais.

Em seu texto, o professor destaca através de uma análise do processo histórico de construção das duas áreas do conhecimento (História e Jornalismo) os elementos que aproximam e que diferenciam as duas áreas. Procura mostrar que entre o século XIX e o final do século XX os veículos de comunicação instauraram a possibilidade de uma nova experiência de apreensão temporal, dando visibilidade histórica a determinados acontecimentos.

Segundo Said:

[...] não raro se discute a possibilidade de aproximação entre atividade jornalística e a pesquisa histórica. Poucas, vezes, no entanto, a discussão tem levado a um lugar consenso, embora do ponto de vista epistemológico- de uma nova Teoria do Jornalismo e de uma nova Teoria da

História – as evidências deste diálogo tenham se tornado cada vez mais frequentes (SAID, 2011, p. 81).

Assim, desperta que a principal questão que se impõe ao debate destas áreas de conhecimento “[...] está em perceber que os saberes científicos também são fundados numa relação de poder, e esta, por sua vez, é estabelecida a partir das formulações discursivas que constituem esses saberes” (SAID, 2011, p. 81).

Gustavo Said defende que a relação entre jornalismo e história não pode resultar na criação de um novo campo teórico. Pois para o autor é

[...] inútil discutir-se a supremacia de dois campos científicos que se desenvolveram em condições semelhantes, embora seja frequente a tentativa, tanto por parte de historiadores quanto de jornalistas, de mostrar a relevância do seu trabalho e o vínculo de dependência que ele cria com outras áreas.

[...] ambas as áreas temáticas são segmentos de um continente do saber, campos de conhecimentos distintos, cujo objeto, em algumas circunstâncias, pertence a um domínio comum. Este duplo pertencimento do objeto é que se instaura uma epistemologia de outra ordem, fundada na relação interdisciplinar (SAID, 2011, p. 83).

Neste contexto, o autor mostra que as reformulações teóricas e metodológicas pelas quais a história vem atravessando contribuíram para uma melhor aproximação com o jornalismo, uma vez que utiliza processos/técnica semelhantes às empregadas pelos jornalistas e se servem do referencial teórico-metodológico das ciências da linguagem, que fazem parte a Comunicação Social, e, em especial, da Semiologia do Discurso.

A nosso ver, Said explora as linhas limítrofes entre os campos da história e do jornalismo com lucidez, apontando caminhos para

que este relacionamento difícil se torne passível de acontecer com frequência, sobretudo, porque hoje estamos conscientes dos limites de cada campo, sobretudo, nas imposições e apropriações temporais, como também, concernente a luta entre subjetividade e objetividade das narrativas.

A pena, o prelo e a prescrição: um estudo sobre a folha medicinal do maranhão, 1822 de Marcelo Cheche Galves é o quinto capítulo da obra. Marcelo Galves é doutor em História e professor do departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Este autor vai retratar o século XIX, período em que a imprensa instalou-se no Brasil. “O texto ora apresentado se insere nos esforços movidos nas últimas décadas em direção a uma renovação historiográfica dos estudos sobre o início dos oitocentos, notadamente no que respeita à transição política do mundo luso brasileiro” (GALVES, 2011, p. 100).

Destaca o autor que com O processo de separação do Brasil de Portugal, a imprensa passou por modificações, que foram marcadas por impasses em torno do uso da Tipografia.

Ao longo de 1821, as novidades da política transformaram palavras em armas poderosas. Nesse momento, “tomar a palavra” ou desenvolver mecanismos para o seu uso e controle poderia significar “tomar o poder” ou reafirmá-lo a partir de uma nova trincheira, no também novo debate político: a imprensa. A nova situação parece ter convencido o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822) a instalar a primeira tipografia do maranhão (GALVES, 2011, p. 100).

O autor limita-se a tratar principalmente da realidade do Maranhão, especificamente, seguindo os passos de um dos redatores da *Folha Medicinal*, Manuel Rodrigues de Oliveira. Relata

as tensões existentes em torno da Tipografia, especificamente as dificuldades passadas pela *Folha Medicinal* para conseguir sua impressão na época. Galves mostra que naquele período a “[...] liberdade de imprensa e liberdade de imprimir não tinham exatamente o mesmo significado, especialmente numa província dependente de uma única tipografia, pertencente à administração provincial” (GALVES, 2011, p. 119). E é seguindo esta linha de investigação em torno dos problemas atravessados pelo periódico já citado, que o autor buscou compreender as muitas facetas desse período de transição e turbulência da história brasileira.

O sexto artigo, *O papel da imprensa escrita no processo de legitimação da primeira emissora de TV piauiense*, da mestre em História do Brasil e professora da Faculdade Piauiense (FAP) Maria Lindalva Santos, aborda o processo da chegada da mídia televisiva no Brasil retratada pelos jornais e tem como foco a implantação da primeira emissora de televisão do Estado do Piauí.

A autora realizou uma vasta pesquisa no Arquivo Público do Piauí, onde encontrou nos jornais piauienses um número expressivo de peças jornalísticas que revelam a maneira como a TV Rádio Clube- Canal 4 ou apenas TV Clube foi representada nos e pelos jornais, durante o seu período de implantação e legitimação. Para a análise, apresentou como *corpus* empírico central as reportagens, os editoriais, as notas e os artigos que foram publicados nas edições dos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, entre os anos de 1968 a 1972. O recorte delimitado por Maria Lindalva compreende o período que desde as primeiras transmissões televisivas, através do serviço das repetidoras até a inauguração da TV Clube.

A autora conta a história com base no discurso dos jornais acerca da instauração da TV no Piauí. Relata a dificuldade enfrentada pelo empresário Valter Alencar em executar o seu projeto da

primeira emissora de TV piauiense, nos anos 60, quando o projeto foi visto por muitos com incredulidade.

Diante das dificuldades, dos impasses políticos em torno da implantação ou não da televisão naquele Estado, a professora visualizou através da pesquisa realizada que os jornais da época além de promoverem a televisão de forma a atender os interesses econômicos dos anunciantes, também se valiam da função de mediadores entre os principais personagens em torno da aventura televisiva na capital do Piauí, Teresina.

Essa ampla divulgação que os jornais davam a chegada da televisão, pode ser compreendida como reflexo e ao mesmo tempo prática simbólica do desejo de inserção do Piauí no mundo moderno através da tecnologia da televisão.

O capítulo em pauta, retrata bem a relação jornalismo e história. “A imprensa escrita, assim como outras modalidades comunicativas, ao dar visibilidade a um acontecimento o descreve e o inventa, conferindo-lhe o estatuto de verdade, revela e difunde projetos políticos e diferentes visões de mundo” (SANTOS, 2011, p.143). Por fim, a autora nos deixa o conhecimento que a história da primeira emissora de televisão envolve mais de um único personagem. “Envolve também vários profissionais, técnicas, uma linguagem particular do meio, muita criatividade e vontade de aprender” (SANTOS, 2011, p.143).

Continuando em torno do campo história e imprensa no Piauí, temos o capítulo da mestre em História do Brasil, Marylu Alves de Oliveira, *Manchete de hoje: os jornais e o anticomunismo no Piauí da década de 1960* que analisa o discurso jornalístico e tem como foco os discursos anticomunistas presentes nos periódicos piauienses dos anos de 1960.

Para Oliveira “[...] o jornal é valoroso como parte da memória de um determinado segmento social; é repositório da memória coletiva de um período e, muitas vezes, determinante para a construção de um momento histórico” (OLIVEIRA., 2011, p.143). Além disso, mostra sua crença no fato de que o papel do jornalismo não se restringe apenas ao instante em que as notícias são veiculadas, para a autora não só atuam como parte da memória de um determinado segmento social como também são determinantes para a construção de um momento histórico específico. Sua pesquisa tem como foco central os discursos do professor e jornalista Simplício de Sousa Mendes, no jornal *O Dia*, um anticomunista assumido. Assim, é através da análise das matérias escritas por Simplício Mendes que Oliveira leva o leitor a refletir sobre a dimensão do que representava o comunismo no contexto dos anos de 1960.

Partindo para o cenário nacional temos o artigo, *Para que o Brasil possa, na disciplina, trabalhar cantando: as disputas em torno da difusão da música popular pelo rádio nas décadas de 1920-1940*, escrito por Newton Dângelo, doutor em história e professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Dângelo retrata um período em que no Brasil, vários dirigentes de associações de radiodifusão, técnicos e intelectuais procuraram empreender através do rádio um papel civilizatório para a elevação da cultura de massa. Esse fato surgiu através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, onde parte dos seus representantes propunham ações institucionais para adequação do rádio e também do cinema aos princípios de pedagogia da Escola Nova.

Como um formato declaradamente educativo e orientado pela cultura letrada, o rádio deveria levar aos lares o que as escolas tinham enorme dificuldades de promover e minimizar a inoperância dos jornais e livros, tendo em vista a alta taxa de analfabetismo, além de buscar a

integração de populações “dispersas” no interior do país sobretudo no campo (DÂNGELO, 2011, p.143).

Todavia, conforme o autor, o movimento tinha fortes “[...] sinais de falta de sintonia entre projetos e ações de controle do rádio e as manifestações culturais populares no Brasil”. E, esta falta de sintonia resultou, por parte dos intelectuais, na criação de um impedimento dessas manifestações.

É portanto nesse conturbado contexto que o autor mostra o processo de rádio difusão oficial e/ou educativa entre os anos de 1920 e 1940, quando procuraram mais do que disciplinar a música, procuraram produzir padrões visuais estéticos que se firmassem como geradores de emoções e de impressões visuais para o convencimento da grande massa.

O capítulo seguinte, *Entre táticas e estratégias: a relação do estado autoritário como a imprensa escrita em Teresina durante os anos de 1970*, foi escrito por Regianny Lima Monte, mestre em História do Brasil e professora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). E, aborda a relação existente na época entre os representantes do poder público estadual e a imprensa escrita durante os anos de 1970 no estado do Piauí, período ditatorial em que o Brasil atravessava e vivenciava no início da década o “milagre econômico”.

No desenvolver do seu trabalho, Monte procura mostrar como o poder público fazia uso da imprensa para divulgar seu projeto de desenvolvimento do país. E chega a retratar como a imprensa escrita algumas vezes até se beneficiou com as intervenções da ditadura civil-militar. Monte compreende que “[...] a participação da imprensa na implantação da ditadura militar estava permeada de interesses que partiam, em sua maioria, não só do posicionamento ideológico e individual dos jornalistas, mas dos proprietários dos jornais” (MONTE, 2011, p. 201).

Diante do panorama analisado a autora desenvolve sua pesquisa e compreende, no entanto, que a utilização dos jornais é uma valiosa fonte histórica, que deve ser utilizada com cuidado, pois é importante não apenas observar o conteúdo das matérias, mas, sobretudo a produção jornalística e a sua comercialização, pois podem estar repletos de interesses econômicos e políticos de seus produtores.

O décimo artigo *A magia da imagem: recepção da primeira emissora junto aos campinenses*, é da mestre em História e professora de História e Comunicação Social das FIPs, Silvia Tavares da Silva.

Silva, analisa em seu trabalho as muitas sensações que despertaram nos campinenses, diante da chegada da primeira emissora de TV na cidade. O objetivo de sua pesquisa foi descobrir as modificações que esta tecnologia impôs aos cidadãos locais, bem como discorrer sobre as múltiplas relações que os campinenses passaram a estabelecer entre si e com a cidade a partir dessa novidade. Assim, descobriu que o surgimento da televisão não acarretou na ruptura definitiva com velhos hábitos, no máximo provocou uma convivência entre velhos e novos hábitos.

A professora faz uma comparação ainda perante o papel da televisão na época do seu surgimento para os dias atuais. Destaca que este meio tecnológico no principio exercia uma função de reunião de familiares e vizinhos e que existia o chamado “televizinho”, ou seja, quando as pessoas se reuniam nas casas das outras para verem televisão, até porque nem todos tinham condições financeiras para adquirir o aparelho televisivo. Já nos dias de hoje, mostra que a televisão ocupa espaços diferentes numa única residência onde cada telespectador tem sua privacidade.

Concluindo, a obra, temos o texto reflexivo e crítico, de Sônia Maria dos Santos Carvalho, mestre em História do Brasil e professora do curso de jornalismo da Universidade Estadual do Piauí, sobre o uso inconsciente que se tem feito dos jornais enquanto fontes históricas.

Com o título *Jornais impressos e história: contribuições para a crítica da fonte que nunca morre*, o capítulo propõe reflexões sobre o uso das fontes hemerográficas nas pesquisas em História, sem esgotar o tema ou lançar soluções acabadas. O objetivo, segundo Carvalho (2011) foi de reunir esforços de colocações já existentes sobre o tema e oferecer em âmbito de discussão geral, ideias oriundas diante de sua experiência de investigação realizada sobre as relações entre jornais impressos de Teresina-PI, das décadas de 1950, 1960 e 1970 e o arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. Bem como também colaborar com os historiadores no exercício da investigação científica.

Para a autora:

Do uso instrumentalizado à sondagem cultural/política de um tempo, diversas são e foram as finalidades dadas aos jornais impressos ao longo dos anos. Porém é a existência periódica no tempo, enraizada ao ponto do senso comum considera-los um componente natural das sociedades, que gera a ideia inicial de familiaridade inicial com esta fonte.

Uma das consequências diretas do caráter familiar é a tentação de se distanciar da necessidade de percebê-los respeitando uma metodologia apropriada, que leve em conta o fato de os jornais serem construção social e cultural da realidade de um tempo. Tratando-os apenas como uma passagem de acesso ao passado, a riqueza da fonte se reduz ao campo historiográfico, tornando-se interessante às investigações apenas para oferecer dados que os livros, alvarás, decretos-lei, códigos de postura,

diários íntimos ou biografias não conseguem proporcionar (CARVALHO, 2011)

Nessa linha de discussão é que Carvalho segue e vai apontando as possibilidades em superar essa problemática da familiaridade, uma das maneiras apontadas pela autora encontra-se na elaboração de investigações mais atentas ao tratamento das fontes hemerográficas, o que ampliaria a aproximação entre História e Jornalismo. Carvalho vai além, elenca as mais importantes características dos periódicos e como devem ser tratadas cada uma destas em uma pesquisa histórica.

A relação entre história e imprensa vem se consolidando cada vez mais como foco em pesquisas, sobretudo, neste século. O campo de estudos da Comunicação (principalmente o jornalismo) mantém com a história profunda ligação. Os historiadores tanto tem a imprensa como objeto de estudo, bem como utilizam seu registros noticiosos para elaborar suas narrativas, como uma de suas fontes, e os comunicólogos/jornalistas utilizam o conhecimento histórico no desenvolvimento de pesquisas da área. Nesse sentido, o livro *Diluir fronteiras: interfaces entre história e imprensa* afigura-se como leitura fundamental para todos aqueles que se dedicam a estudar às interfaces entre os campo de pesquisa da história e do jornalismo.

REFERÊNCIAS

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire.**
Montevideo: Trilce, 2008.